

**FURG****EBSERH**  
HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS FEDERAIS

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DR. MIGUEL RIET CORRÊA JÚNIOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE

Rua Visconde de Paranaguá, nº 102 - Bairro Centro  
Rio Grande-RS, CEP 96200-190  
- <http://hu-furg.ebserh.gov.br>

Termo de Referência - SEI

Processo nº 23764.016101/2025-22

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Este Termo de Referência tem por objeto a **Contratação de Serviços de Controle Integrado de Pragas e Vetores Urbanos**, a fim de atender as necessidades do Hospital Universitário Dr. Miguel Riet Corrêa Júnior, vinculado à Universidade Federal do Rio Grande - FURG, pertencente à Rede da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh, por um período de 12 (doze) meses, conforme especificações e demais condições estabelecidas neste instrumento.

1.2. Caso haja divergência entre o descritivo dos itens no Edital, seus Anexos e no Portal de Compras do Governo Federal, prevalecerá o descritivo constante no Edital e seus Anexos.

### 2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DA CONTRATAÇÃO

2.1. Fundamentação legal e normativa:

2.1.1. [Constituição da República Federativa do Brasil de 1988](#) - O Art. 7º, XXXIII, que prevê proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos; Art. 37 trata dos princípios entre outros fatores que devem ser observados pela Administração pública direta e indireta;

2.1.2. [Lei nº 8.078](#), de 11 de setembro de 1990 - Código de defesa do consumidor;

2.1.3. [Lei nº 14.133](#), de 1º de abril de 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

2.1.4. [Lei nº 11.488](#), de 15 de junho de 2007 - Cria o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI;

2.1.5. [Lei nº 12.305](#), de 02 de agosto de 2010 - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998;

2.1.6. [Lei nº 12.527](#), de 18 de novembro de 2011 - Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências;

2.1.7. [Lei nº 12.550](#), de 15 de dezembro de 2011 - Autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEH;

2.1.8. [Lei nº 13.303](#), de 30 de junho de 2016 - Estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias;

2.1.9. [Lei Complementar nº 123](#), de 14 de dezembro de 2006 - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;

2.1.10. [Decreto nº 8.538](#), de 06 de outubro de 2015 - Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal;

2.1.11. [Decreto nº 8.945](#), de 27 de dezembro de 2016 - Regulamenta, no âmbito da União, a Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016;

2.1.12. [Instrução Normativa nº 01](#), de 19 de janeiro de 2010 - Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;

2.1.13. [Instrução Normativa nº 05](#), de 26 de maio de 2017 - Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública

federal direta, autárquica e fundacional;

2.1.14. [Instrução Normativa nº 03](#), de 26 de abril de 2018 - Estabelece regras de funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf, no âmbito do Poder Executivo Federal;

2.1.15. Norma - SEI nº 3/2024/DAI-EBSERH (Documento SEI nº 40700077) - Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens, contratação de serviços em geral, bem como alterações contratuais;

2.1.16. Norma Operacional-SEI nº 7/2023/DAI-EBSERH (Documento SEI nº 28062396) - Dispõe sobre a apuração de irregularidades e aplicação de sanções a licitantes no âmbito da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh;

2.1.17. [Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União, 8ª edição, revista, atualizada, ampliada e publicada em outubro de 2025](#);

2.1.18. [Regulamento de Compras e Contratos](#) - RCC versão 3.0;

2.1.19. [Política de Proteção de Dados Pessoais da Ebserh](#);

2.1.20. [Política de Transações com Partes Relacionadas da Ebserh](#).

### 3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh foi criada por meio da Lei nº 12.550, de 15 de dezembro de 2011, como uma empresa pública vinculada ao Ministério da Educação - MEC, com a finalidade de prestar serviços gratuitos de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade, assim como prestar às instituições públicas federais de ensino ou instituições congêneres serviços de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública.

3.2. A Ebserh é uma empresa estatal 100% dependente da União e cumpre o seu dever de prestar serviços de assistência à saúde de forma integral e exclusivamente inseridos no âmbito do SUS.

3.3. Trata-se da maior rede de hospitais públicos do Brasil. Suas atividades unem dois dos maiores desafios do país, educação e saúde, melhorando a qualidade de vida de milhões de brasileiros, por meio da atuação de uma rede que inclui a Administração Central da empresa e 41 Hospitais Universitários Federais - HUFs, apoiando e impulsionando suas atividades por meio de uma gestão de excelência.

3.4. Os hospitais da Rede Ebserh exercem a função de centros de referência de média e alta complexidade para o Sistema Único de Saúde - SUS e um papel de destaque para a sociedade. Como hospitais vinculados a universidades federais, essas unidades têm características específicas: além de atender por meio do SUS, primordialmente apoiam a formação de profissionais de saúde e o desenvolvimento de pesquisas.

3.5. O Hospital Universitário Dr. Miguel Riet Corrêa Júnior é vinculado à Universidade Federal do Rio Grande - FURG e pertence à Rede da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh, onde atua para prestar assistência médica de média e alta complexidade aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS do município do Rio Grande/RS e localidades, observando a sua contratualização de serviços junto aos gestores de saúde.

3.6. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Preliminares, apêndice desse Termo de Referência.

### 4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1. Trata-se de serviço comum, visto que pode ser definido por meio de especificações objetivas, de acordo com características usuais do mercado, de caráter continuado sem a disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.

4.2. No âmbito da Ebserh, a Resolução n.º 298, de 17 de julho de 2025 e Resolução n.º 102, de 20 de fevereiro de 2020, ambas do Conselho de Administração, estabelecem as diretrizes e as regras para a execução indireta, mediante contratação de serviços, de atividades que envolvam atribuições inerentes às dos cargos integrantes do Plano de Cargos, Carreiras e Salários da Ebserh.

4.2.1. No presente caso, as atividades a serem contratadas **não envolvem** atribuições inerentes às dos cargos integrantes do Plano de Cargos, Carreiras e Salários da Ebserh, não havendo incidência das disposições da Resolução-CA n.º 298/2025 e n.º 102/2020.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.4. O procedimento para a contratação será conduzido através de Pregão Eletrônico tradicional, nos termos do Regulamento de Compras e Contratos da Rede Ebserh - RCC 3.0, objetivando a assinatura de termo de contrato, que formalizará a contratação com a unidade hospitalar.

4.5. A completa descrição da solução, foi extraída dos estudos técnicos preliminares, com eventuais atualizações decorrentes do seu amadurecimento.

4.6. A descrição da contratação consta na Tabela 1 a seguir:

Tabela 1 - Descrição da contratação				
Item	Descrição	CATSER	Unidade	Quantidade
1	Contratação de Serviços de Controle Integrado de Pragas e Vetores Urbanos	3417	Meses	12

4.7. A descrição detalhada dos itens consta na Tabela 2 a seguir:

Tabela 2 - Descrição detalhada da contratação					
Item	Descrição	Periodicidade	Unidade	Quantidade Estimada Mensal	Quantidade Estimada Anual
1	Desinsetização (controle de baratas, moscas, mosquitos, formigas, pulgas, abelhas, vespas, traças etc.) e Descupinização (controle de cupins)	Quinzenal	m²	30.288,73	363.464,76
2	Desratização (controle de roedores)	Mensal	m²	30.288,73	363.464,76
3	Descupinização (controle de cupins em móveis)	Quando Solicitado	Chamado	Conforme Demanda	30
4	Demais pragas urbanas (controle de aracnídeos, pombos, morcegos, entre outros)	Quando Solicitado	m²	30.288,73	363.464,76

4.8. A execução dos serviços deve considerar que o controle não é apenas químico, mas sim um Manejo Integrado de Pragas (MIP), utilizando métodos físicos, biológicos e químicos de maneira equilibrada. Isso inclui:

- a) Ações preventivas e corretivas para manter o ambiente hospitalar livre de infestações;
- b) Uso de técnicas modernas como aplicação de spray, gel e "fog", com produtos obrigatoriamente incolores, inodoros e de baixa toxicidade para humanos e animais;
- c) Instalação e manutenção de barreiras físicas e dispositivos de captura;
- d) Outras soluções efetivas de aprimoramento e melhoria dos serviços executados.

4.9. A empresa vencedora, deverá atender a conformidade documental para fins de auditoria sanitária e acompanhamento das atividades executadas e isso inclui:

- a) Elaboração e atualização do Mapa de Controle Integrado de Pragas e Vetores do Hospital Universitário, para auxílio no combate a roedores e insetos, sendo que a contratante enviará as plantas arquitetônicas do hospital e a contratada identificará nestas plantas a localização de cada armadilha raticida e armadilha luminosa para insetos instalada, devendo manter este mapa sempre atualizado, preferencialmente em meio digital;
- b) Emissão mensal de certificados de serviço e relatórios técnicos;
- c) Apresentação de Relatórios Trimestrais detalhados com registro fotográfico e análise de efetividade;
- d) Fornecimento de Selo de Garantia e cartazes informativos em cada unidade tratada;
- e) E outros documentos que se fizerem necessários para a plena e satisfatória execução dos serviços.

4.10. A execução dos serviços deve obedecer rigorosamente à RDC nº. 622/2022 da ANVISA; à ABNT NBR 15584:2024; às normas de segurança do trabalho (NR-32, entre outras) e a toda legislação, normativos, regulamentos que abrangem o objeto da contratação.

4.11. Não foi fixada exclusividade de participação de microempresas ou empresas de pequeno porte para os itens,

considerando que para o atendimento do objeto deste processo licitatório não foi identificado o mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como ME/EPP's sediadas local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório, considerando também que não foi entendido como vantajoso para a administração pública, tendo em vista que a ampla concorrência neste processo alcançará um maior número de participantes, garantindo assim a efetiva participação dos interessados, não prejudicando a participação das empresas beneficiadas pela LC nº 123/2006, com base no art. 10, incisos I e II do Decreto nº 8.538, de 2015.

## **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

5.1. As empresas deverão observar, para o envio de propostas, as normativas e legislações pertinentes ao objeto, bem como as especificações técnicas e as exigências previstas neste Termo de Referência.

5.2. A empresa que se consagrar vencedora fica obrigada a apresentar e manter atualizada o Alvará Sanitário e Licença de Operação, em nome da licitante, emitido pelas autoridades sanitária e ambiental competentes.

### **5.3. Proposta:**

5.3.1. Durante o pregão eletrônico, a empresa deverá enviar sua proposta contendo as seguintes informações:

- a) Especificação clara do objeto, quantidade, unidade de medida, valor unitário e total, entre outras informações pertinentes ao objeto, necessárias para sua correta avaliação;
- b) Detalhamento do serviço, conforme Tabela 2, contida no item 4.7 deste Termo de Referência;

5.3.2. Deverão constar na(s) proposta(s) os dados bancários das empresas como: conta corrente, agência, banco, cidade e os dados do representante legal da empresa, caso os mesmos ainda não tenham sido oportunamente informados a título de atualização/informação, junto ao Cadastro de fornecedores do HU-Furg. Na falta de tal informação, o HU-Furg poderá solicitá-la em outro momento.

5.3.3. O CNPJ indicado nos documentos e na(s) proposta(s) de preços deverá ser do mesmo estabelecimento da empresa que efetivamente vai prestar o serviço objeto da presente licitação e a respectiva Nota Fiscal.

5.3.4. Nos preços cotados deverão estar inclusos todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos, incidentes, taxas de administração, materiais, serviços, encargos fiscais e trabalhistas, embalagem, seguro, lucro, transporte (carga e descarga), mão de obra e outros necessários ao cumprimento integral do objeto, bem como o do envio das documentações referentes à habilitação e proposta.

5.3.5. As empresas deverão apresentar a seguinte documentação complementar, juntamente com a proposta, para fins de aceitabilidade do produto:

5.3.5.1. Os catálogos e/ou materiais ilustrativos (originais ou cópias em português), referente ao modelo ofertado, devem conter as especificações do material, como por exemplo: tipo de material, tamanho/dimensões do produto, etc., não sendo admissível a descrição literal constante no Termo de Referência.

5.3.6. Como condição para a aceitação da proposta, a licitante vencedora deverá apresentar uma **RELAÇÃO DOS PRODUTOS SANEANTES DOMISSANITÁRIOS/DESINFESTANTES** que pretende utilizar no controle de pragas e vetores urbanos, indicando a MARCA e o respectivo FABRICANTE, bem como as comprovações em relação a tais produtos.

5.3.6.1. O Agente de Licitação solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, que apresente ou envie juntamente com sua proposta, sob pena de não aceitação, o documento comprobatório do registro na ANVISA dos produtos saneantes domissanitários/desinfetantes que se fazem necessários, conforme legislação vigente, notadamente Lei federal nº 6.360/1976, Decreto nº 8.077/2013, RDC ANVISA Nº 622/2022.

5.3.6.2. Para os produtos, cujos respectivos fabricantes desenvolvem atividades listadas no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021, e que são obrigados ao registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo art. 17, inciso II, da Lei nº 6.938/1981, o Agente de Licitação solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não aceitação, o Comprovante de Registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (Categoria: Indústria Química; Código: 15-9; Descrição: Fabricação de preparados para limpeza e polimento, desinfetantes, inseticidas, germicidas e fungicidas), acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA Nº 13, de 23/08/2021, e legislação correlata.

5.3.6.3. A apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada, caso o Agente de Licitação logre êxito em obtê-lo mediante consulta on line ao sítio oficial do IBAMA, anexando-o ao processo.

5.4. Deve-se observar os demais normativos e legislações pertinentes ao objeto contratado, normas internas da Instituição, assim como as exigências previstas no Termo de Referência. A apresentação da proposta pela licitante para a execução do objeto deste Termo de Referência implicará, para todos os efeitos jurídicos e legais, em plena aceitação das condições, obrigações e especificações neste estabelecidas.

## 6. REGIME DE EXECUÇÃO OU FORMA DE FORNECIMENTO

6.1. O regime de execução será a Contratação por Empreitada por **Preço Unitário**, conforme hipóteses previstas no art. 9º, inciso I do Regulamento de Compras e Contratos da Ebserh 3.0.

6.1.1. A escolha do regime de Empreitada por Preço Unitário fundamenta-se no Art. 9º, inciso I, do Regulamento de Compras e Contratos da Ebserh - RCC 3.0 da rede Ebserh, que define este modelo como a contratação por preço certo de unidades determinadas. Tal escolha justifica-se pelos seguintes motivos técnicos e legais:

- a) Heterogeneidade das Unidades de Medida: Conforme previsto no ETP 180/2025, o objeto é composto por itens com diferentes formas de mensuração, como a área tratada por metro quadrado (m²) para desinsetização e desratização, e a remuneração por unidade para a descupinização de móveis. O regime de preço unitário permite a medição e o pagamento preciso de cada uma dessas grandezas distintas.
- b) Natureza Estimativa e Demanda Variável: Alguns serviços previstos, como a descupinização de móveis e o controle de pragas ocasionais (aves e morcegos), são executados sob demanda, não sendo possível prever com exatidão absoluta o quantitativo que será efetivamente necessário ao longo da vigência. O regime por preço unitário garante que a Ebserh pague apenas pelos serviços efetivamente executados, atendendo ao princípio da economicidade.
- c) Incerteza Inerente aos Quantitativos (Art. 9º, § 3º do Regulamento de Compras e Contratos da Ebserh - RCC 3.0): O regulamento permite este regime quando o objeto possui imprecisão de quantitativos em seus itens orçamentários. No caso do HU-FURG, o ETP registra a possibilidade de obras, reformas ou ampliações nas instalações físicas durante a vigência contratual, o que pode alterar a área útil total a ser atendida (estimada hoje em 23.246 m²). A empreitada por preço unitário confere a flexibilidade necessária para ajustar os pagamentos caso as áreas de intervenção sofram alterações.
- d) Vinculação ao Desempenho (IMR): A utilização deste regime facilita a aplicação do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), uma vez que a remuneração está diretamente atrelada às unidades de serviço que atenderem aos critérios de qualidade e eficácia exigidos.

6.1.2. Dessa forma, o regime de Empreitada por Preço Unitário é o que melhor assegura a seleção da proposta mais vantajosa e a gestão eficiente dos recursos públicos para esta contratação específica.

## 7. NECESSIDADE DE FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

7.1. A presente contratação resultará em formalização de Termo Contratual, em razão das características deste objeto.

7.2. O contrato terá vigência inicial pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado até o limite de 05 (cinco) anos, na forma dos art. 188 do Regulamento de Compras e Contratos da Ebserh 3.0.

7.3. Caso não haja interesse na prorrogação contratual por parte da Contratada, este fato deve ser comunicado à Equipe de Gestão e Fiscalização Contratual e à Unidade de Contratos do HU-Furg com, no mínimo, 04 (quatro) meses de antecedência para a finalização da vigência contratual, após solicitação de manifestação de interesse de prorrogação por parte da Contratante.

7.3.1. O não cumprimento do prazo descrito acima poderá acarretar sanção administrativa contra a Contratada, considerando o impacto para a Administração em decorrência da ausência de tempo adequado para a efetivação de um novo contrato, afetando a continuidade do serviço objeto deste Termo de Referência.

## 8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. A execução do objeto seguirá a dinâmica descrita a seguir, sendo que os serviços serão prestados para o Hospital Universitário Dr. Miguel Riet Corrêa Jr., localizado na Rua Visconde de Paranaguá, nº 102, Centro - Rio Grande/RS - CEP: 96200-190.

8.1.1. Para serviços prestados dentro das instalações do Hospital Universitário, os profissionais alocados devem seguir as políticas internas de Controle de Acesso do HU-Furg, devendo estar devidamente identificados através de crachá e uniforme (quando possível).

8.1.2. O ingresso nas instalações do HU-Furg dependerá, também, do correto cadastro do profissional na Unidade de Suporte Operacional (responsável pelo controle do fluxo de acesso no Hospital), o qual deverá ser encaminhado pela equipe de gestão e fiscalização contratual em tempo hábil para o início da execução.

8.2. A execução dos serviços será iniciada em 02 de maio de 2026, na forma que segue:

8.2.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada na prestação de Serviços de controle integrado de pragas e vetores urbanos para o HU-Furg/Ebserh, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

8.2.2. Deverá ser implementado o controle integrado de pragas e vetores urbanos, com emprego simultâneo de técnicas no manejo de produtos químicos e físicos, com ênfase no caráter preventivo, buscando solucionar e prevenir as infestações, eliminando a fonte do problema no âmbito hospitalar, levando em consideração as áreas internas e externas do Hospital.

8.2.3. A área útil total atual de abrangência dos serviços a serem executados está apresentada na tabela a seguir:

**Tabela 3 - Área útil total atual**

<b>Local</b>	<b>Área Útil (M²)</b>
Hospital	15.880,27
Anexo - Ambulatório Central e Almoxarifado	1.277,21
Anexo - Administrativo	1.482,32
Anexo - Ambulatorial (Antiga Área Acadêmica)	5.191,55
Telhado/Forros	4.900,00
Prédio <b>Externo</b> localizado na Rua General Osório nº 584	1.557,38
<b>Total</b>	<b>30.288,73</b>

8.2.4. Devido a eventuais obras de reforma e expansão do HU-Furg/Ebserh, a totalidade destas áreas poderá ser alterada.

8.2.5. Deverão ser realizadas ações preventivas e ações corretivas, agindo diretamente no controle do vetor encontrado, caso isso ocorra durante as visitas periódicas.

8.2.6. Os serviços deverão seguir rigorosamente o indicado pela resolução RDC ANVISA nº 622/2022, que dispõe sobre o funcionamento de empresas especializadas na prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas e dá outras providências; normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), especialmente a norma ABNT NBR 15584:2024, que estabelece princípios para o manejo de vetores e pragas urbanas, que ofereçam riscos e danos à saúde humana e animal, bem como prejuízos ambientais e econômicos e bem como qualquer outra legislação ou normativa técnica relacionada.

8.2.7. Os métodos empregados deverão ser tecnicamente adequados a cada situação, podendo envolver técnicas de barreira física, controle químico, biológico ou a combinação destes, mediante avaliação técnica criteriosa e aprovação pela fiscalização técnica, assegurando eficácia, segurança ocupacional e preservação ambiental.

8.2.8. A contratada deverá dimensionar a equipe técnica adequada em número suficiente para execução dos serviços contratados.

8.2.9. A execução dos serviços deverá ser iniciada imediatamente após a assinatura do contrato, observando o cronograma estabelecido e aprovado pela contratante, o qual deverá ser encaminhado em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura contratual.

8.2.10. As datas indicadas neste calendário serão previsões da realização dos serviços, podendo ser posteriormente modificadas, desde que haja prévia comunicação e justificativa formal da contratada, em um prazo de pelo menos 3 dias úteis antes da data prevista, já indicando a nova data para a realização do serviço, sendo esta a mais possível e adequada às rotinas do hospital. No caso de prorrogação contratual, caberá à contratada o envio do novo calendário de visitas para realização dos serviços, correspondendo ao novo período.

8.2.11. Os serviços deverão ser executados durante o horário de expediente administrativo do hospital, salvo nos locais em que houver impedimento para os trabalhos a serem realizados neste horário.

8.2.12. Sempre que necessário, poderão ser realizadas chamadas emergenciais, sem ônus adicional à contratante, com atendimento em até 12 (doze) horas após solicitação formal, nos casos de necessidade operacional inadiável. E, sempre que necessário, os serviços serão realizados em horários noturnos ou em finais de semana, em virtude do contínuo funcionamento de diversos setores do hospital.

8.2.12.1. A Contratante irá encaminhar uma sugestão de prazo adequado a ser atendido pela Contratada. No recebimento, a Contratada terá até 2 (duas) horas para retornar quanto a possibilidade de atendimento ou não, justificando em caso negativo para não incorrer em possível falha na execução contratual.

8.2.13. As atividades emergenciais se justificam em razão das atividades fins do Hospital, que leva em conta a complexidade da estrutura hospitalar e a gama de atividades que caracterizam o risco frente o aparecimento de pragas e vetores urbanos. Em paralelo, o Hospital não pode ficar desassistido quanto às atividades deste objeto.

8.2.14. A Contratada deve prever tal situação no dimensionamento da sua proposta, tratando-se de situação imprevisível e variável, porém, plenamente possível.

8.2.15. A contratada poderá utilizar-se de todas as técnicas modernas na execução dos serviços, como a aplicação de spray, gel, fog, entre outros, desde que, comprovadamente, não sejam prejudiciais à saúde das pessoas e ao meio ambiente, com uso de produto incolor, inodoro, inofensivo à saúde humana e de animais domésticos e silvestres, e eficaz no combate e extermínio das pragas e vetores.

8.2.16. A contratada deverá orientar os responsáveis dos setores que receberão tratamento quanto aos riscos, cuidados e ações em caso de intoxicações acidentais.

8.2.17. Os serviços deverão ser executados em conformidade com as normas de biossegurança e segurança do trabalho (NRs 6, 9, 15, 32 e 35), priorizando a proteção à saúde dos trabalhadores e usuários do hospital, bem como a não contaminação de superfícies, equipamentos e materiais sensíveis.

8.2.18. Os funcionários deverão primeiramente se reportar à fiscalização da contratante antes do início dos serviços, confirmando quais serviços serão prestados na respectiva visita.

8.2.19. Durante a execução do contrato, a contratada deverá realizar monitoramento de possíveis infestações e refazer os serviços objeto deste estudo preliminar, no caso de aparecimento de quaisquer tipos de vetores ou pragas antes do término do prazo de garantia, em qualquer ponto da área descrita neste estudo, por meio de revisão de áreas reinfestadas e adoção de novas medidas preventivas e corretivas, repetindo a aplicação dos produtos tantas vezes quanto for necessário, desde que não ofereçam risco à saúde humana, sem que isto caracterize qualquer acréscimo contratual e sem ônus algum para a contratante.

8.2.20. Deverão ser utilizados equipamentos em número suficiente para a aplicação dos produtos sem interrupção na sua aplicação, bem como contar com equipamentos reserva para possíveis substituições caso necessário.

8.2.21. Após a realização dos serviços, as áreas deverão ser entregues limpas e desimpedidas de quaisquer entulhos, equipamentos e/ou restos de materiais.

8.2.22. A contratada não deverá guardar qualquer produto/embalagem ou equipamento nas dependências da contratante.

8.2.23. Ao final de cada serviço executado, a contratada deverá colocar um selo de garantia no local e apazara a data do próximo serviço. A contratada deverá fornecer cartazes ou cartões em todas as unidades onde os serviços foram prestados, informando nestes a data de realização do serviço, praga-alvo, nome do técnico que realizou os serviços (contendo assinatura), o nome do setor desinfestado (contendo assinatura do profissional do setor), telefone do Centro de Informação Toxicológica e números das licenças ambiental e sanitária da contratada.

8.2.24. A contratada, sempre que necessário, após cada visita, deverá emitir parecer com recomendações técnicas necessárias ao controle integrado de pragas a serem realizadas pelo Hospital, indicando o problema encontrado e a solução proposta, a ser entregue para a fiscalização da contratante, que irá identificar as unidades responsáveis pelas adequações e encaminhar os mesmos.

8.2.25. Caberá à contratada a elaboração do Mapa de Controle Integrado de Pragas e Vetores do HU-FURG/Ebserh, para auxílio no combate a roedores e insetos. Sendo assim, a contratante enviará as plantas arquitetônicas do hospital e a contratada identificará nestas plantas a localização de cada armadilha raticida e para insetos instalada, devendo manter este mapa sempre atualizado, preferencialmente em meio digital.

8.2.26. Mensalmente, a contratada deverá emitir relatório dos serviços realizados e enviar ao fiscal técnico.

8.2.27. Mensalmente, após a prestação dos serviços, caberá a contratada a emissão de certificado, em meio digital, e em meio físico quando solicitado, que certifique o serviço prestado, contendo as informações da empresa (razão social, CNPJ, endereço, telefone), informações do cliente (nome, CNPJ, endereço), data de realização dos serviços, relação das unidades desinfestadas, pragas-alvo dos serviços, produtos utilizados (grupo químico, nome e concentração de uso), prazo de validade dos serviços, orientações gerais e nome do responsável técnico, assinatura e carimbo que indique sua profissão e registro no conselho profissional competente, além do telefone do Centro de Informação Toxicológica e dos números das licenças ambiental e sanitária da contratada.

8.2.28. A contratada deverá confeccionar Relatório Trimestral das Ações de Controle Integrado de Pragas e Vetores no HU-FURG, discriminando as atividades realizadas, os produtos utilizados, validade e lote dos produtos, espécies encontradas e níveis de infestação, registro fotográfico, registro de não conformidades, medidas corretivas recomendadas e efetividade das correções realizadas, comprovação de descarte de embalagens, além de outras informações pertinentes durante o período.

#### 8.2.29. **Desinsetização:**

8.2.29.1. Os serviços de desinsetização têm por objetivo o controle de insetos rasteiros e voadores, como baratas, formigas, moscas, mosquitos, traças, pulgas e outros artrópodes, por meio da adoção de medidas preventivas e corretivas, observando os critérios técnicos e sanitários previstos na RDC nº 622/2022 - ANVISA, que dispõe sobre os serviços de controle de vetores e pragas urbanas.

8.2.29.2. As atividades deverão empregar produtos regularizados junto à ANVISA, devidamente formulados e autorizados para uso em ambientes hospitalares, de modo a garantir a segurança de pacientes, profissionais

e visitantes, bem como a integridade das estruturas físicas e dos equipamentos.

8.2.29.3. O controle poderá ser realizado por meio de praguicidas líquidos, em pó, em gel ou outras formulações, conforme avaliação técnica da contratada e aprovação da fiscalização do contrato.

8.2.29.4. Para o controle de baratas, formigas, moscas e pulgas, deverá ser feita aplicação de inseticidas (aspersão) em ralos sanitários, rodapés, sistemas de esgoto sanitário e paredes externas, utilizando produtos de terceira ou quarta geração, ou formulação equivalente, comprovada por ficha técnica e autorizada pela fiscalização técnica, pelo Serviço de Saúde e Segurança Ocupacional (USOST) e do Serviço de Controle de Infecção Hospitalar (SCIH).

8.2.29.5. A aplicação por aspersão é restrita a áreas externas e administrativas, sendo vedada em áreas críticas e semicríticas, exceto mediante autorização expressa da fiscalização técnica do contrato e dos serviços competentes.

8.2.29.6. Não será permitida a utilização de produtos à base de permetrina nas áreas críticas e semicríticas do Hospital, sendo seu uso restrito às áreas externas.

8.2.29.7. Nas áreas internas — incluindo críticas e semicríticas, deverá ser realizada a aplicação de inseticida em gel em locais de difícil acesso, como armários, rodapés, ralos de pias, aparelhos elétricos, gabinetes de pia, frestas e tomadas, tendo como alvo principal as espécies *Blattella germanica* e *Periplaneta americana*.

8.2.29.8. O controle de mosquitos e de moscas, tanto na forma larval quanto adulta, deverá incluir ações de controle e monitoramento nas áreas internas e externas, com o emprego de produtos e procedimentos que evitem a proliferação.

8.2.29.9. A contratada deverá: Aplicar ou orientar a aplicação de repelentes e inseticidas domissanitários de uso profissional, conforme necessidade, sempre com produtos biodegradáveis, inodoros e de ação residual; Realizar pulverizações ou outras técnicas adequadas nas áreas externas, mediante avaliação e autorização da fiscalização; Utilizar substâncias atóxicas complementares em ambientes internos e externos, sem necessidade de desocupação dos espaços, exceto em casos excepcionais previamente autorizados; Aplicar inseticidas em superfícies horizontais e verticais, fendas, frestas, tomadas, interruptores, sob mobiliários e demais pontos de abrigo ou trânsito de insetos.

8.2.29.10. As armadilhas luminosas deverão ser fornecidas, instaladas, mantidas e posteriormente removidas pela empresa contratada, sem qualquer custo adicional para a contratante.

8.2.29.11. A instalação deverá ser acompanhada por servidor/empregado do Serviço de Manutenção Predial e realizada em locais definidos em comum acordo entre a contratante e a contratada.

8.2.29.12. A contratada deverá elaborar relatório técnico detalhado da instalação, bem como atualizar o Mapa de Controle Integrado de Pragas e Vetores.

8.2.29.13. Durante o contrato, deverá realizar vistoria das armadilhas luminosas a cada visita técnica, registrando os dados observados (capturas, funcionamento, substituições) nos relatórios mensais e trimestrais.

8.2.29.14. Ao término da vigência contratual, todas as armadilhas luminosas deverão ser removidas pela contratada, garantindo-se a restauração do ambiente às condições originais.

8.2.29.15. Caso nenhuma das técnicas ou métodos descritos se mostrem aplicáveis ou eficazes em determinadas áreas do Hospital, ocasionando reincidências de pragas, a empresa contratada poderá adotar outros métodos reconhecidos pela legislação e literatura técnica vigente, mediante autorização prévia da fiscalização técnica do contrato, do SOST e do SCIH, observando sempre as normas de biossegurança e os princípios do controle integrado de pragas.

## **8.2.30. Descupinização:**

8.2.30.1. Os serviços de descupinização deverão ser executados em todas as áreas internas e externas do Hospital Universitário, sempre que houver necessidade, conforme avaliação técnica e planejamento estabelecido pela contratante.

8.2.30.2. O controle de cupins deverá seguir as diretrizes técnicas previstas na RDC nº 622/2022 - ANVISA, utilizando-se métodos integrados de manejo que priorizem a segurança dos usuários, pacientes e profissionais de saúde, bem como a preservação das estruturas físicas do hospital.

8.2.30.3. O tratamento deverá abranger os focos identificados e a criação de barreiras químicas protetoras, visando impedir a translocação dos cupins operários entre as colônias e as estruturas adjacentes, prevenindo novas infestações.

8.2.30.4. Nas estruturas de madeira, alvenaria, concreto, telhados e forros, a aplicação dos produtos poderá ser feita por aspersão, pincelamento ou injeção nas galerias de cupins, com o uso de equipamentos e ferramentas específicas para essa finalidade. Quando necessário, o tratamento poderá incluir tubulações, pontos elétricos e rodapés, utilizando-se cupinidas em pó ou líquidos de ação residual, de modo a garantir a formação de uma barreira química de proteção contínua.



8.2.30.5. Para a **descupinização de móveis**, deverá ser realizada previamente uma vistoria técnica pela contratada. Caso o serviço não seja executado, a vistoria não acarretará custos adicionais à contratante.

8.2.30.5.1. Durante a vistoria, deverá ser registrado em relatório técnico se o serviço será executado, bem como as medidas corretivas ou preventivas acordadas entre a contratante e a contratada.

8.2.30.5.2. Se tecnicamente recomendado, a pulverização de móveis e materiais removíveis poderá ser realizada fora das dependências do hospital, em local apropriado e sob responsabilidade da empresa contratada, devendo os itens tratados serem devolvidos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sem ônus adicional à contratante.

8.2.30.5.3. Caso as técnicas previstas não se mostrem aplicáveis ou eficazes em áreas específicas, ocasionando reinfestações, a empresa contratada poderá empregar outros métodos reconhecidos pela literatura técnica e pela legislação sanitária vigente, mediante autorização prévia da fiscalização técnica do contrato, do USOST e do SCIH.

#### 8.2.31. **Desratização:**

8.2.31.1. Os serviços de desratização deverão abranger todas as áreas internas e externas do HU, observando as boas práticas sanitárias e de segurança, em conformidade com a RDC nº 622/2022 - ANVISA, que dispõe sobre os requisitos técnicos para os serviços de controle de vetores e pragas urbanas.

8.2.31.2. O controle de roedores deverá ser realizado por meio de métodos integrados, combinando medidas preventivas e corretivas, priorizando a segurança de pacientes, trabalhadores e visitantes, bem como a preservação ambiental.

8.2.31.3. A instalação de dispositivos porta-isca será de responsabilidade integral da empresa contratada, incluindo o fornecimento, instalação, manutenção, reposição e retirada dos equipamentos ao término do contrato, sem qualquer ônus adicional à contratante. Os dispositivos deverão ser fixados estrategicamente nas áreas internas e externas, com identificação visível e numeração sequencial, devendo conter sinalização padronizada conforme as normas de segurança. Além disso, deverão ser resistentes às intempéries e impedir o acesso de pessoas não autorizadas e de animais domésticos aos raticidas.

8.2.31.4. Os raticidas utilizados deverão possuir registro ativo na ANVISA e ser classificados como crônicos anticoagulantes de ação cumulativa, adequados para uso em ambientes de saúde pública, por apresentarem menor risco toxicológico. As formulações poderão ser de dose única ou múltipla, aplicadas em iscas sólidas, blocos parafinados, pellets ou grãos, conforme as condições do ambiente e avaliação técnica da contratada.

8.2.31.5. A aplicação das iscas deverá ocorrer em cerca de 50 pontos do hospital, podendo haver ampliação conforme a necessidade e a avaliação técnica conjunta com a fiscalização do contrato. As áreas prioritárias incluem poços de elevadores, forros e tubulações de esgoto, depósitos de materiais, áreas externas de circulação e abrigo de resíduos.

8.2.31.6. A contratada deverá monitorar continuamente os pontos instalados, realizando coleta de dados sobre consumo, desgaste, oxidação e reposição das iscas, com registro sistemático em relatórios trimestrais a serem encaminhados à contratante.

8.2.31.7. Nas áreas internas, quando necessário, poderão ser utilizadas armadilhas mecânicas ou adesivas (gomadas) para captura de roedores infestantes. A remoção das armadilhas e dos animais capturados será de responsabilidade integral da contratada, devendo ocorrer no prazo máximo de 12 (doze) horas após o chamado da contratante, garantindo o cumprimento das medidas de biossegurança e o acondicionamento adequado dos resíduos gerados, conforme a RDC nº 222/2018 - ANVISA que Regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde e dá outras providências.

8.2.31.7.1. A Contratante irá encaminhar uma sugestão de prazo adequado a ser atendido pela Contratada. No recebimento, a Contratada terá até 2 (duas) horas para retornar quanto a possibilidade de atendimento ou não, justificando em caso negativo para não incorrer em possível falha na execução contratual.

8.2.31.8. As iscas raticidas não poderão ser aplicadas de forma exposta, devendo estar sempre protegidas por dispositivos específicos. É vedado o uso de produtos sem registro sanitário, de origem desconhecida ou que apresentem risco de contaminação ambiental.

8.2.31.9. Em caso de persistência ou reincidência de focos, a empresa poderá empregar outros métodos reconhecidos e autorizados pela fiscalização técnica do contrato, pelo USOST e pelo SCIH, observando a legislação e as normas técnicas vigentes.

#### 8.2.32. **Demais Pragas:**

8.2.32.1. Os serviços referentes ao controle de aves, animais voadores e outros animais sinantrópicos deverão ser executados de acordo com as normas técnicas e sanitárias vigentes, observando-se as diretrizes da RDC nº 622/2022 - ANVISA, da Instrução Normativa IBAMA nº 141/2006, bem como da legislação ambiental federal, estadual e municipal aplicável.

8.2.32.2. O serviço de controle de aves e outros animais voadores terá por objetivo impedir a presença, o pouso e a nidificação desses animais nas dependências internas e externas do Hospital, contribuindo para a prevenção de infestações secundárias (como piolhos, ácaros e fungos) e reduzindo riscos à saúde pública.

8.2.32.3. As ações deverão incluir: Desalojamento e remoção de ninhos, ovos e fezes; Limpeza e higienização das estruturas afetadas; Aplicação de repelentes e instalação de barreiras físicas, que não causem dano aos animais, priorizando métodos não letais e ambientalmente adequados; Desinfecção das áreas após a retirada de resíduos orgânicos, realizando o controle de infestação em todas as áreas do Hospital.

8.2.32.4. Para o desalojamento de outros animais sinantrópicos (como répteis, mamíferos de pequeno porte e artrópodes peçonhentos), a contratada deverá, antes da execução, avaliar e selecionar a técnica e o produto mais adequados, observando critérios de eficácia, segurança e impacto ambiental mínimo.

8.2.32.5. As principais ações incluem: Animais peçonhentos (aranhas, escorpiões, lacraias, entre outros): controle mecânico e químico, associado ao manejo ambiental e eliminação de abrigos; Vespas e abelhas: aplicação de repelentes olfativos específicos para dispersão e, quando houver formação de colmeias, remoção segura e entrega a órgão ambiental competente (como a Polícia Ambiental ou instituição credenciada).

8.2.32.6. Caso nenhuma das técnicas previstas se mostre aplicável ou eficaz em áreas específicas do Hospital, ocasionando reincidências, a empresa contratada poderá adotar outros métodos reconhecidos pela literatura técnica e pela legislação vigente, mediante autorização prévia da fiscalização técnica do contrato, do USOST e do SCIH.

### 8.2.33. **Produtos a Serem Utilizados:**

8.2.33.1. Todos os materiais, equipamentos, ferramentas e insumos necessários à execução integral dos serviços deverão ser fornecidos pela contratada, conforme as necessidades identificadas durante a execução contratual. Tais itens devem ser adequados, seguros, eficazes e compatíveis com os fins propostos, observando as normas sanitárias, ambientais e de segurança vigentes.

8.2.33.2. A empresa vencedora, deverá ceder ao Hospital Universitário, o(s) seguinte(s) equipamento(s)/bem(ns):

**Tabela 4 - Armadilhas**

Item	Descrição das Armadilhas
01	Armadilhas luminosas para insetos
02	Armadilhas raticidas

8.2.33.2.1. Os quantitativos de armadilhas a serem disponibilizadas podem variar conforme a capacidade da própria armadilha, devendo apenas se atentar a cobrir toda a área definida neste Termo Referencial.

8.2.33.3. Os produtos químicos destinados ao controle de vetores e pragas urbanas deverão atender, no mínimo, às exigências da RDC nº 622/2022 da ANVISA, que dispõe sobre os serviços de controle de vetores e pragas urbanas, bem como às legislações complementares correlatas, incluindo a ABNT NBR 14725:2023 (Fichas de Dados de segurança - FDS) e as normas de segurança do Ministério do Trabalho e Emprego (NR-06 e NR-09).

8.2.33.4. Os produtos químicos empregados nos serviços de controle de vetores e pragas urbanas deverão apresentar, no mínimo, as seguintes características:

- a) Não causar manchas em superfícies;
- b) Ser hipoalergênicos e seguros para uso em ambiente hospitalar;
- c) Ser incolores e não deixar resíduos visíveis após aplicação;
- d) Tornarem-se inodoros após o tempo de reentrada estabelecido;
- e) Possuir elevado poder residual, sem efeito de repelência;
- f) Apresentar alta eficácia e palatabilidade (quando aplicável);

g) Não oferecer riscos às pessoas, aos animais domésticos e ao meio ambiente, quando utilizados conforme as instruções do fabricante.

8.2.33.5. Os produtos empregados no controle de pragas serão de inteira responsabilidade da contratada e deverão possuir registro válido e autorização de uso pelo Ministério da Saúde/ANVISA.

8.2.33.6. A contratada deverá apresentar uma tabela descritiva contendo, para cada praga alvo, as seguintes informações: nome comum do produto, grupo químico, ação tóxica, antídoto e tratamento recomendados, validade, número do lote e número de registro no Ministério da Saúde. O documento deverá ser assinado pelo responsável técnico da contratada.

8.2.33.7. Deverá também ser apresentada a Ficha com Dados de Segurança - FDS (Fichas de Dados de segurança) atualizada de todos os produtos a serem utilizados, elaborada conforme a ABNT NBR 14725:2023 e suas atualizações.

8.2.33.8. A manipulação e o descarte dos produtos utilizados serão de inteira responsabilidade da

contratada, que deverá observar integralmente a legislação ambiental e sanitária vigente.

8.2.33.9. Antes da utilização de qualquer produto químico, a lista correspondente deverá ser submetida à aprovação da fiscalização técnica do contrato, do SCIH e do USOST, para fins de validação.

8.2.33.10. A contratada deverá dispor de todos os produtos necessários ao controle das diferentes espécies de pragas, bem como de tecnologia adequada e equipe tecnicamente capacitada para o manuseio e aplicação segura desses insumos.

#### 8.2.34. **Periodicidade:**

8.2.34.1. Os serviços de controle integrado de vetores e pragas urbanas deverão ser executados de forma contínua e sistemática, conforme a RDC nº 622/2022 da ANVISA e demais legislações vigentes, obedecendo à seguinte periodicidade:

8.2.34.1.1. Desinsetização e descupinização: realização de visitas quinzenais para monitoramento, inspeção e reaplicação de praguicidas, conforme necessidade identificada. Nessas visitas, deverá ocorrer também a verificação e substituição dos adesivos das armadilhas luminosas instaladas nas áreas internas do Hospital, garantindo sua plena eficiência.

8.2.34.1.2. Desratização: realização de visitas mensais, com verificação e substituição das iscas raticidas nos dispositivos instalados nas áreas externas e internas do Hospital, conforme avaliação técnica e condições de consumo ou deterioração das iscas.

8.2.34.1.3. Descupinização em móveis e demais pragas: visitas executadas apenas quando solicitadas pela fiscalização técnica do contrato, ou quando identificada necessidade durante realização das visitas quinzenais pela contratada, nos locais que apresentarem infestações.

8.2.34.2. A manutenção do controle será contínua e de responsabilidade integral da contratada, que deverá manter regime de plantão permanente para atendimento de ocorrências emergenciais ou solicitações extraordinárias, sem custos adicionais ao contratante.

#### 8.2.35. **Procedimentos de Segurança do Trabalho**

8.2.35.1. A contratada deverá cumprir integralmente as normas e legislações vigentes relativas à Segurança e Saúde no Trabalho, garantindo condições adequadas à execução dos serviços e à preservação da integridade física e da saúde de seus empregados, bem como dos usuários e colaboradores do HU FURG/EBSERH.

8.2.35.2. Sem ônus adicional à contratante, a contratada deverá fornecer, a todos os empregados alocados na execução contratual e a partir do primeiro dia de serviço, os seguintes materiais de identificação e segurança, de uso obrigatório e contínuo:

a) Crachá de identificação funcional, contendo, no mínimo, o nome da empresa, o nome completo do colaborador e o número de seu documento de identificação;

b) Uniforme ou fardamento padronizado da empresa, em boas condições de uso e higiene;

c) Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e, quando aplicável, Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC), tais como calçados especiais, capacetes, máscaras, luvas, aventais e botas de segurança, conforme os riscos identificados na atividade e em estrita observância à Norma Regulamentadora nº 06 (NR-06)- Equipamento de Proteção Individual, bem como às demais Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego pertinentes (como NR-09 - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, e NR-32 - Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde).

8.2.35.3. A contratada deverá garantir que todos os critérios e procedimentos previstos nas Normas Regulamentadoras sejam integralmente observados, assegurando condições seguras de trabalho, treinamento adequado para uso dos EPIs, e correta destinação, higienização e substituição dos equipamentos sempre que necessário.

8.2.35.4. Todas as obrigações referentes à segurança do trabalho serão de inteira responsabilidade da contratada, não cabendo qualquer custo adicional à contratante.

8.2.35.5. A contratada deverá apresentar e manter atualizada toda a documentação relativa à Segurança e Saúde Ocupacional de seus empregados, conforme as Normas Regulamentadoras vigentes:

##### 8.2.35.5.1. **Antes do início da prestação dos serviços:**

a) Laudo de Insalubridade, conforme NR-15.

##### 8.2.35.5.2. **No prazo de até 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato:**

a) Lista de treinamentos realizados e matriz de periodicidade, conforme as atividades e riscos envolvidos;

b) Ficha de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), contendo os respectivos Certificados de Aprovação (CA), conforme NR-06; 11 de 19 Ordem de Serviço (OS) para cada função;

c) Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), em substituição ao antigo PPRA, conforme NR 01 e NR-09;

d) Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), conforme NR-07, contendo a lista de exames por função;

e) Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), quando houver enquadramento no Quadro 1 da NR-05;

f) Registro do SESMT (Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho), conforme NR-04, se aplicável;

g) Comprovação de cumprimento integral da NR-35, em caso de atividades que envolvam trabalho em altura.

#### **8.2.36. Atividades Específicas da Contratada Quanto ao Objeto**

8.2.36.1. Os serviços de controle integrado de vetores e pragas urbanas deverão ser executados em conformidade com a RDC nº 622/2022 da ANVISA, as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e demais legislações sanitárias, ambientais e de segurança vigentes.

8.2.36.2. A contratada deverá padronizar todos os procedimentos operacionais em um POP (Procedimento Operacional Padronizado), a ser entregue ao HU-FURG imediatamente após a celebração do contrato. O documento deverá conter, no mínimo:

a) Etapas e metodologias do controle integrado de pragas;

b) Procedimentos técnicos adotados;

c) Relação completa dos produtos utilizados, com respectivas FDSs conforme ABNT NBR 14725:2023;

d) Destino adequado dos resíduos e embalagens;

e) Modelos de formulários e relatórios operacionais;

f) Plano de medidas preventivas e emergenciais em caso de acidentes, vazamentos ou exposições químicas.

8.2.36.3. Durante a execução contratual, os veículos destinados ao transporte de produtos saneantes e equipamentos deverão atender às exigências legais para transporte de produtos perigosos, conforme Resolução ANTT nº 5.998/2022 e RDC nº 622/2022, sendo de uso exclusivo da atividade de controle de pragas e devendo possuir compartimento isolado para os produtos, a fim de evitar contato com os ocupantes. Tais veículos deverão estar licenciados pelo órgão sanitário competente e apresentar certificado de registro e licenciamento em nome da empresa prestadora de serviços.

#### **8.2.36.4. A empresa contratada deverá ainda:**

8.2.36.4.1. Estar regularmente registrada junto à Vigilância Sanitária, apresentando alvará sanitário atualizado;

8.2.36.4.2. Dispor de responsável técnico habilitado (biólogo, químico, engenheiro agrônomo ou profissional afim) com registro ativo no respectivo conselho de classe;

8.2.36.4.3. Manter equipe treinada, uniformizada e devidamente identificada com crachás funcionais;

8.2.36.4.4. Fornecer plano de execução e controle integrado, especificando metodologia, produtos, cronograma e responsáveis técnicos;

8.2.36.4.5. Cumprir rigorosamente as normas de segurança, biossegurança, saúde ocupacional e ambientais vigentes;

8.2.36.4.6. Comunicar previamente à fiscalização do contrato a data, horário e local das aplicações, de modo a garantir segurança e rastreabilidade das ações;

8.2.36.4.7. Garantir a eficácia dos serviços prestados, realizando reaplicações sem ônus adicional sempre que for constatada persistência ou reincidência de infestação.

#### **8.2.36.4.8. Relatórios técnicos e rastreabilidade das ações:**

8.2.36.4.8.1A contratada deverá elaborar relatórios técnicos mensais, contendo a descrição detalhada dos serviços executados, produtos e quantidades utilizadas, locais de aplicação, resultados obtidos e medidas corretivas adotadas, em conformidade com a RDC nº 622/2022.

8.2.36.4.8.2Deverão ser incluídos registros fotográficos das intervenções realizadas, mapas de iscas e armadilhas, bem como checklists de monitoramento, assegurando a rastreabilidade e a transparência de todas as atividades.

8.2.36.4.8.3Esses relatórios deverão ser assinados pelo responsável técnico da contratada e entregues à

#### 8.2.37. Critérios e Práticas de Sustentabilidade

8.2.37.1. Não foram identificados critérios específicos de sustentabilidade a serem aplicados diretamente às etapas de execução do serviço de controle de pragas e vetores, em razão da natureza técnica e especializada da atividade.

#### 8.2.38. Critérios e Práticas de Sustentabilidade a Serem Incluídos Dentre as Especificações Técnicas do Objeto

8.2.38.1. Não foram identificados critérios adicionais a serem incluídos nas especificações técnicas do objeto, além das exigências legais e normativas já previstas nas legislações sanitárias, ambientais e de segurança.

#### 8.2.39. Critérios e Práticas de Sustentabilidade a Serem Incluídos Como Obrigação da Contratada

8.2.39.1. A contratada deverá observar, no que couber, as disposições da Instrução Normativa SEGES/ME nº 01/2010 (antiga IN SLTI/MPOG nº 01/2010), que dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na administração pública federal, bem como as legislações vigentes relacionadas à gestão de resíduos e proteção ambiental.

8.2.39.2. Todos os resíduos gerados na execução dos serviços — incluindo embalagens vazias, restos de produtos e materiais, serão de inteira responsabilidade da contratada, devendo ser devidamente recolhidos, armazenados, transportados e destinados de forma ambientalmente adequada, sem causar danos ou riscos ao meio ambiente.

8.2.39.3. A disposição final dos resíduos deverá estar em conformidade com:

8.2.39.3.1. RDC ANVISA nº 222/2018, que dispõe sobre o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde;

8.2.39.3.2. Resolução CONAMA nº 358/2005, que regulamenta o tratamento e a disposição final desses resíduos;

8.2.39.3.3. ABNT NBR 10004:2023, que classifica os resíduos sólidos quanto aos seus riscos potenciais ao meio ambiente e à saúde pública.

8.2.39.3.4. A contratada será responsável pela destinação final de todos os resíduos perigosos (Classe I) gerados durante a execução contratual, devendo apresentar à fiscalização técnica do contrato o certificado de destinação final (CDF) emitido por empresa licenciada junto a Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM-RS), comprovando o manejo e a disposição adequada dos resíduos.

8.2.39.3.4.1A obrigatoriedade da contratada realizar a destinação final dos resíduos perigosos (Classe I) gerados durante a execução contratual, mediante apresentação do Certificado de Destinação Final (CDF) emitido por empresa devidamente licenciada pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental – FEPAM/RS, é medida necessária, adequada e legalmente fundamentada, garantindo a rastreabilidade e o manejo ambientalmente correto dos resíduos, além de resguardar a Administração Pública de responsabilidades administrativas, civis e ambientais.

8.2.39.3.5. Deverão ser utilizados produtos e equipamentos que contribuam para a redução do consumo de energia e de recursos naturais, priorizando tecnologias que minimizem impactos ambientais e promovam maior eficiência operacional.

8.2.39.3.6. O controle de pragas e vetores deverá ser executado mediante o uso de técnicas integradas e produtos domissanitários de alta qualidade, devidamente registrados e autorizados pela ANVISA, de baixo odor, baixa toxicidade e reduzido impacto ambiental, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas de segurança necessárias para eliminar ou mitigar quaisquer riscos às pessoas, aos animais e ao meio ambiente.

8.2.39.3.7. Deverá ser observado, as diretrizes técnicas, ambientais e operacionais estabelecida no [Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União, 8ª edição, revista, atualizada, ampliada e publicada em outubro de 2025](#), especialmente o conteúdo constante no item "13. Controle de Vetores e Pragas Urbanas - Segurança e Regrimentos para a Contratação do Serviço", compreendido entre as páginas 131 a 140 da Parte Específica da publicação.

## 9. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

9.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

**Tabela 5 - Demanda do órgão**

Item	Descrição	Periodicidade	Unidade	Quantidade Estimada Mensal	Quantidade Estimada Anual
	Contratação de				
	Termo de Referência	SEI 58984243	SEI 23764.016101/2025-22 / pg. 13		

1	Serviços de Desinsetização (controle de baratas, moscas, mosquitos, formigas, pulgas, abelhas, vespas, traças etc.) e Descupinização (controle de cupins)	Quinzenal	m²	30.288,73	363.464,76
2	Contratação de Serviços de Desratização (controle de roedores)	Mensal	m²	30.288,73	363.464,76
3	Contratação de Serviços de Descupinização (controle de cupins em móveis)	Quando Solicitado	Chamado	Conforme Demanda	30
4	Contratação de Serviços de Demais pragas urbanas (controle de aracnídeos, pombos, morcegos, entre outros)	Quando Solicitado	m²	30.288,73	363.464,76

## 9.2. Materiais a serem disponibilizados:

9.2.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

9.2.2. A Contratada, deverá ceder ao Hospital Universitário, o(s) seguinte(s) equipamento(s)/bem(ns):

**Tabela 6 - Armadilhas**

Item	Descrição das Armadilhas
01	Armadilhas luminosas para insetos
02	Armadilhas raticidas

9.2.2.1. Os quantitativos de armadilhas a serem disponibilizadas podem variar conforme a capacidade da própria armadilha, devendo apenas se atentar a cobrir toda a área definida neste Termo Referencial.

## 10. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

10.1. Os critérios referentes ao modelo de gestão do contrato estão definidos no instrumento contratual.

## 11. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

11.1. Os pagamentos serão realizados em conformidade com os serviços efetivamente prestados, até 30 (trinta) dias após o recebimento da Nota Fiscal, por intermédio de crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, de acordo com as exigências administrativa em vigor.

11.1.1. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

11.2. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se

constate que a Contratada:

- 11.2.1. não produziu os resultados acordados;
- 11.2.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 11.2.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 11.2.4. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal com o valor exato dimensionado.

11.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 11.4.1. o prazo de validade;
- 11.4.2. a data da emissão;
- 11.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante (entre eles: nome do objeto, nº do contrato e nº do empenho);
- 11.4.4. o período de prestação dos serviços;
- 11.4.5. o valor a pagar;
- 11.4.6. os dados bancários para pagamento; e
- 11.4.7. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis (as pessoas jurídicas amparadas por isenção, não incidência ou alíquota zero devem informar essa condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal).

11.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras; nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF e nas demais certidões de regularidade (Cadastro Informativo de crédito não quitados do setor público federal - CADIN; Cadastro Nacional de Condenações cíveis por ato de improbidade administrativa; Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS; Certidão negativa de Inidôneos - TCU) para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

11.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

11.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.10. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF e demais certidões de regularidade.

- 11.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

11.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

11.13. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime; no entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial,

de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.14. A Ebserh não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada que porventura não tenha sido acordada no contrato.

11.15. No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos à contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE de correção monetária.

11.16. **Instrumento de Medição de Resultados - IMR:**

11.16.1. Durante a verificação da conformidade na execução do serviço, deverá ser aplicado o Instrumento de Medição de Resultados - IMR definido neste tópico.

11.16.2. O controle de medição de avaliação de qualidade dos serviços representará 10% (dez por cento) do valor total mensal contratado. Desta forma, 90% (noventa por cento) do valor total mensal contratado será pago referente ao serviço efetivamente prestado. Será acordado que as falhas de qualidade vão gerar descontos, após serem registradas as ocorrências.

11.16.3. Cada ocorrência deverá ser registrada pelo servidor/empregado fiscal, no qual deverão ser preenchidas todas as informações no documento com a respectiva identificação do item ou itens em que foram verificadas as ocorrências. Todos os tipos de ocorrências referem-se às obrigações descritas neste Termo de Referência.

11.16.4. No final de cada período de avaliação, a Contratante, por meio do fiscal, elaborará um relatório final, descrevendo o total de ocorrências havidas durante o período. A avaliação será mensal e o relatório deve ser entregue pelos fiscais antes da emissão da nota.

11.16.5. Cada descumprimento de contrato relacionado ao não atingimento das metas previstas nos indicadores descritos a seguir, é considerado uma ocorrência. Após o somatório das ocorrências mensais, com seus respectivos pesos, será feita a correlação com os percentuais de desconto para emissão da nota fiscal.

11.16.6. A cada avaliação, o preposto da CONTRATADA deverá analisar os motivos que ensejem descontos em virtude dos resultados da avaliação qualitativa realizada com a aplicação do Instrumento de Medição de Resultados - IMR, bem como adotar medidas para readequação das rotinas de prestação dos serviços e superação das inconformidades que sobrevierem.

11.16.7. Com relação à fiscalização:

11.16.7.1. Ocorrências: falhas de qualidade que caracterizem descumprimentos do contrato ou que gerem prejuízos à contratante serão apontadas através de ocorrências registradas pelos fiscais em formulário padrão da Contratante, que em caso de danos ou de não regularização, serão objeto de penalidade.

11.16.7.2. Avaliação mensal contratual: mensalmente, os fiscais de contrato realizarão relatório qualitativo relativo aos serviços prestados, conforme formulário padrão da Contratante para avaliação gerencial e acompanhamento, os quais serão levados em consideração para fins de avaliação quanto à renovação contratual e ações gerenciais visando a melhoria da qualidade dos serviços.

11.16.8. A prestação do serviço pela Contratada será avaliado por meio dos indicadores indicados abaixo.

11.16.9. Cada indicador contribui com uma quantidade diferenciada de pontos de qualidade. Essa diferença está relacionada à essencialidade do indicador para a qualidade dos serviços.

**Tabela 7 - Formulário de Registro de Ocorrências.**

Item avaliado	Total de Ocorrências	Peso	Total de Pontos
Não enviar o calendário nas datas previstas para realização dos serviços		5	
Deixar de apresentar e atualizar Procedimento Operacional Padronizado (POP)		5	
Não cumprimento do cronograma de visitas (data e horário)		10	
Não atendimento aos chamados eventuais e/ou chamados de urgência no prazo identificado		30	
Não realizar as ações corretivas de controle do vetor encontrado		20	
Não utilizar EPIs e EPCs		2	



necessários à execução dos serviços			
Não entregar o Relatório Trimestral		5	
Não enviar o mapa de localização das iscas		2	
Não fornecimento de materiais com características e qualidade especificados no Estudo Preliminar Técnico da Contratação		10	
Não enviar Relatório Mensal com os serviços realizados		2	
Não manter cartões de controle nas unidades comprovando os serviços realizados		2	
Não enviar certificado mensal de realização do serviço, ou enviar certificado com informações faltantes		30	
Não atender aos critérios de sustentabilidade ambiental		4	
Não atender a convocações para tratar de assuntos inerentes ao Contrato, ou não apresentar justificativa formal aceita pela CONTRATANTE.		2	
Deixar de manter a documentação de habilitação atualizada.		5	
Recusar-se a executar determinação e notificação da fiscalização, sem motivo justificado.		27	
Não atendimento a qualquer obrigação expressa neste documento, não especificada nesta tabela.		16	

**Tabela 8 - Desconto Percentual da Nota Fiscal.**

<b>Faixa de pontos</b>	<b>Desconto percentual sobre a nota fiscal</b>
Até 2,99 pontos	2%
De 3 a 6,99 pontos	3,5%
De 7 a 15,99 pontos	5%
De 16 a 26,99 pontos	6,5%
De 27 a 37,99 pontos	8%
De 38 a 48,99 pontos	9,5%
A partir de 49 pontos	10%

11.16.10. O IMR poderá ser revisto, durante a vigência contratual, para ajuste fino, desde que essa alteração:

- a) não implique acréscimo ou redução do valor contratual além dos limites de 25% (vinte e cinco por cento), permitidos pelo art. 203 do Regulamento de Compras e Contratos da Ebserh - RCC 3.0;
- b) não configure descaracterização do objeto contratado.

## 12. CESSÃO DE CRÉDITO:

12.1. Os critérios referentes a Cessão de Crédito estão definidos no instrumento contratual.

### 13. **FORMA DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR**

13.1. O procedimento de aquisição será conduzido através de modalidade de licitação denominada Pregão, na forma eletrônica, através do Portal de Compras do Governo Federal, conforme art. 6º, inc. IV do Regulamento de Compras e Contratos da Rede Ebserh - RCC 3.0.

### 14. **CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR**

#### 14.1. **Critério de julgamento:**

14.1.1. O critério de julgamento será o de menor preço unitário, nos termos do Regulamento de Compras e Contratos da Rede Ebserh - RCC 3.0..

#### 14.2. **Modo de disputa:**

14.2.1. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado"

#### 14.3. **Intervalo entre lances:**

14.3.1. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, será de R\$ 100,00 (cem reais).

#### 14.4. **Condições de participação:**

14.4.1. Para participação neste Pregão deverão ser observados:

- a) as previsões constantes no art. 70 do Regulamento de Compras e Contratos da Rede Ebserh - RCC 3.0, que define quais são as condições impeditivas de participar de licitações e de ser contratada pela Ebserh;
- b) a Política de Transações com partes relacionadas da Ebserh atualizada que está disponível em <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/governanca/governanca-corporativa/politica-de-transacoes-com-partes-relacionadas>;
- c) a participação de interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estejam com Credenciamento regular no SICAF, conforme disposto no artigo 9º da Instrução Normativa nº 03, de 26 de abril 2018;
- d) o previsto no art. 6º, inciso VII, do Regulamento de Compras e Contratos da Rede Ebserh - RCC 3.0:

Art. 6º As seguintes diretrizes devem ser observadas nas contratações conduzidas pela Ebserh:

(...)

VII - observância de políticas de compras sustentáveis, de relacionamento com fornecedores, de integridade, de transação com partes relacionadas, de proteção de dados pessoais e outras políticas aprovadas no âmbito da Ebserh, que guardem pertinência com o objeto da contratação.

#### 14.5. **Condições de habilitação:**

14.5.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal, seguridade social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital, em consonância com o disposto no art. 65, incisos I e II, do Regulamento de Compras e Contratos da Rede Ebserh - RCC 3.0.

#### 14.5.2. **Qualificação econômico-financeira:**

14.5.2.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, cuja validade será de 180 dias da data da emissão, quando não houver prazo de validade definido, sem prejuízo da realização de diligência pelo Agente de Contratação;

14.5.2.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo / Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG = Ativo Total / Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC = Ativo Circulante / Passivo Circulante

14.5.2.2.1. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor da proposta apresentada

para a contratação ou item pertinente para o período de doze meses - aplicável para o contrato de serviço continuado.

14.5.2.2.2. A condição supracitada visa a garantir o atendimento ao interesse público, tendo em vista a essencialidade do objeto no contexto da Instituição, pela prestação de serviços na área da saúde, visando garantir o pleno atendimento das demandas assistenciais (direta ou indiretamente). Assim, considera-se que o percentual estabelecido é compatível com o valor da contratação e não se vislumbra como potencial restrição à competitividade, visto se tratar de condição excepcional, ou seja, quando do não atendimento ao resultado dos índices econômicos superiores a 1 (um). Portanto, se estabelece como condição mínima de qualificação econômico-financeira para garantir o cumprimento das obrigações estabelecidas neste Edital.

14.5.2.2.3. A escolha pela exigência do Patrimônio Líquido se dá em razão de ser uma métrica que expresse de maneira mais adequada a saúde financeira da empresa licitante. Por se tratar de uma medida alternativa, entende-se que não há restrição de competitividade, ao mesmo tempo que garante mais segurança na análise do que o Capital Social mínimo, que desconsidera eventuais prejuízos no exercício analisado.

14.5.2.2.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

14.5.2.2.5. Apresentação de declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital;

14.5.2.2.6. Exigência da relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados;

14.5.2.2.7. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

### 14.5.3. **Habilitação - Qualificação Técnica:**

14.5.3.1. Alvará Sanitário e Licença Ambiental, em nome da licitante, emitido pelas autoridades sanitária e ambiental competentes, conforme disposto na RDC ANVISA nº 622/2022.

14.5.3.1.1. Para o exercício de atividade de controle de vetores e pragas urbanas: ato de registro, autorização ou licença para funcionamento expedido pelo órgão competente do Estado, do Distrito Federal e/ou do Município, nos termos da Lei nº 6.360, de 1976, do Decreto nº 8.077, de 2013, artigos 5º e 9º da Instrução Normativa Ibama nº 141, de 19 de dezembro de 2006, da RDC Anvisa nº 622, de 2022 e legislação e normatização correlata.

14.5.3.2. No caso de exercício de atividade de controle de vetores e pragas urbanas: Registro no Conselho Profissional afeto à categoria do respectivo Responsável Técnico para prestar serviços de controle de vetores e pragas urbanas, nos termos da Lei nº 6.360, de 1976, do Decreto nº 8.077, de 2013, e RDC Anvisa nº 622, de 2022;

14.5.3.2.1. Comprovação da capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela respectiva entidade profissional, detentor de atestado de responsabilidade técnica (Certidão de Acervo Técnico ou documento equivalente) relativo à execução dos serviços de controle de vetores e pragas urbanas, nos termos da Lei nº 6.360, de 1976, do Decreto nº 8.077, de 2013, e RDC Anvisa nº 622, de 2022;

14.5.3.2.1.1 Em princípio, poderão exercer a função de Responsável Técnico em empresas de Controle de Pragas e Vetores: biólogos, veterinários, químicos, engenheiros químicos, farmacêuticos e agrônomos, que possuam comprovação para exercerem tal função, emitida pelos respectivos Conselhos de representação profissional.

14.5.3.3. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

14.5.3.3.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

14.5.3.3.1.1 contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 03 (três) anos do licitante na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

14.5.3.3.1.2 contrato(s) que comprove(m) a execução, pelo licitante, de serviços envolvendo o mínimo de 50% (cinquenta por cento) do quantitativo total do objeto da contratação;

14.5.3.3.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

14.5.3.3.3. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Ebserh, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

14.5.3.3.4. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

14.5.3.3.5. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

14.5.3.3.6. A apresentação, pelo licitante, de atestados ou certidões de desempenho anterior emitidos em favor de consórcio do qual tenha participado será admitida para fins de comprovação da qualificação técnica, desde que:

14.5.3.3.7. o(s) documento(s) apresentado(s) identifique(m), de forma clara e objetiva, (i) o percentual de participação do licitante no consórcio e (ii) a parcela do objeto efetivamente executada pelo licitante, com a indicação dos respectivos serviços/fornecimentos e quantitativos; ou

14.5.3.3.8. caso o(s) atestado(s)/certidão(ões) não contenha(m) a discriminação acima prevista, o licitante deverá complementar a comprovação mediante a juntada do instrumento de constituição do consórcio e de documentação idônea que permita aferir, com segurança, o percentual de participação e a parcela/quantitativos executados pelo consorciado, cabendo à Ebserh reconhecer, para fins de habilitação, somente a experiência comprovadamente atribuível ao licitante.

14.5.3.3.9. Na hipótese de impossibilidade de individualização da participação e da execução do objeto pelo consorciado, o(s) atestado(s)/certidão(ões) não será(ão) aceito(s) para fins de qualificação técnica.

a) Deverá haver a comprovação da **experiência mínima de 3 (três) anos** na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os referidos 3 (três) anos serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

b) Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

c) Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

d) A licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, podendo ser exigida, nos casos de dúvida justificada por parte do agente de licitação, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

e) Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

14.5.3.3.10.(14.5.3.3.2) A exigência de comprovação de aptidão técnica, por meio de atestados que demonstrem a execução de serviços similares por um período mínimo de 3 (três) anos, justifica-se pela natureza crítica e de alta complexidade do objeto contratado. Conforme detalhado no ETP 180/2025, o controle integrado de pragas em ambiente hospitalar é essencial para garantir a segurança assistencial, a higiene e a prevenção de riscos à saúde de pacientes e profissionais. Diferente de ambientes administrativos comuns, o HU-FURG demanda um manejo técnico rigoroso que envolve:

a) Vulnerabilidade Geográfica: A localização em zona portuária e úmida, próxima a estuários e fábricas de pescado, exige uma empresa com experiência sólida no combate a infestações aceleradas e resilientes.

b) Risco Sanitário: O uso de produtos químicos em áreas críticas e semicríticas requer expertise para evitar intoxicações e contaminação de superfícies sensíveis, sendo vedado o uso de substâncias como a permetrina nestes locais.

c) Continuidade do Serviço: Por se tratar de um serviço de natureza continuada, a exigência de experiência mínima de 3 (três) anos visa garantir que a contratada possui capacidade operacional e saúde financeira para manter o rigor técnico durante todo o ciclo contratual, mitigando o risco de desabastecimento ou falhas graves no controle sanitário.

14.5.3.4. Declaração de Sustentabilidade Ambiental, informando que o fornecedor, no que couber, atende aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade, respeitando as normas de proteção do meio ambiente, devidamente assinada pelo responsável da licitante, com firma reconhecida em cartório.

## 15. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

15.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante **poderá** realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, devendo apresentar Atestado de Vistoria, assinado por servidor/empregado responsável.

15.1.1. O atestado de vistoria poderá ser **substituído por declaração** emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

15.2. A visita será acompanhada por servidor/empregado designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo(s) telefone(s) (53) 3233-8843 - Setor de Hotelaria Hospitalar, no mesmo horário indicado anteriormente. O agendamento também poderá ser solicitado pelo e-mail paula.telmo@ebserh.gov.br.

15.2.1. Serão disponibilizados data e horário diferentes para os eventuais interessados.

15.3. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

15.3.1. Para a vistoria, o licitante ou o seu representante legal deverão estar devidamente identificados, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

15.4. A não realização da vistoria, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

15.5. Entende-se ser pertinente a possibilidade da Vistoria (ou Declaração em casos alternativos) tendo em vista a especificidade dos serviços prestados, que envolvem atividades com alto grau de dependência do conhecimento das estruturas do Hospital e seus anexos.

## 16. ESTIMATIVA DE PREÇOS

16.1. Os preços referenciais desta contratação são sigilosos, nos termos do art. 30º do Regulamento de Compras e Contratos da Rede Ebserh - RCC 3.0.

## 17. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

17.1. Os critérios referentes as Obrigações da Contratante estão definidos no instrumento contratual.

## 18. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

18.1. Os critérios referentes as Obrigações da Contratada estão definidos no instrumento contratual.

## 19. TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

19.1. Os critérios referentes ao Tratamento de Dados Pessoais estão definidos no instrumento contratual.

## 20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Os critérios referentes as Sanções Administrativas estão definidos no instrumento contratual.

## 21. GARANTIA DE EXECUÇÃO (DO CONTRATO)

21.1. Será exigida a garantia da contratação de que trata o art. 185 do RCC 3.0, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo a CONTRATADA optar pela caução em dinheiro, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

21.2. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

21.2.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que a CONTRATADA não pague o prêmio nas datas convencionadas.

21.2.2. Caso a adjudicatária não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

21.2.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

21.2.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

21.2.5. Caso a adjudicatária não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da CONTRATANTE, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro, fiança bancária ou títulos de capitalização.

21.3. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pela CONTRATADA, deverá ser efetuada em favor da CONTRATANTE, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

21.4. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

21.5. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamentemente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

21.5.1. O título de capitalização deverá ser apresentado à CONTRATANTE juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656/2022).

21.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

21.6.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

21.6.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Ebserh à CONTRATADA; e

21.6.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA.

21.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

21.8. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Ebserh, a CONTRATADA ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Ebserh.

21.9. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da CONTRATANTE, contados da data em que for notificada.

21.10. A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

21.10.1. O emitente da garantia ofertada pela CONTRATADA deverá ser notificado pela CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

21.10.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662/2022.

21.11. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato.

21.11.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

21.11.2. A Ebserh deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

21.12. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Ebserh e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

21.13. A CONTRATADA autoriza a CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

21.14. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

21.15. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

## 22. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

22.1. Em atendimento ao inciso XI do art. 7º da Lei nº 12.305/2010 deve ser dada prioridade aos produtos reciclados e recicláveis, sempre que possível e no que couber, bem como devem ser utilizados critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis.

22.2. Em consonância com o art. 6º do Regulamento de Compras e Contratos da Rede Ebserh - RCC 3.0, as seguintes diretrizes devem ser observadas:

*Art. 6º As seguintes diretrizes devem ser observadas nas contratações conduzidas pela Ebserh:  
(...)*

*II - busca da maior vantagem competitiva, considerando custos e benefícios diretos e indiretos de natureza econômica, social e ambiental, inclusive os relativos à manutenção, ao desfazimento de bens e resíduos, ao índice de depreciação econômica e a outros fatores de igual relevância;*

22.3. De acordo com o art. 7º do Regulamento de Compras e Contratos da Rede Ebserh - RCC 3.0, também devem ser observadas, no que couber, as normas relativas à:

*Art. 7º As contratações devem observar, no que couber para cada tipo de objeto, as normas relativas à:*

*I - destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos, com prioridade para a não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento;*

*II - mitigação dos danos ambientais por meio de medidas condicionantes e de compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;*

*III - utilização de produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, reduzam o consumo de energia e de recursos naturais;*

*IV - avaliação de impactos de vizinhança, observada a legislação urbanística;*

*V - proteção do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado por investimentos realizados pela Ebserh;*

*VI - acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida;*

*VII - vigilância sanitária, proteção radiológica e demais normas técnicas relacionadas à garantia de qualidade e de disponibilidade sobre infraestrutura, equipamentos e suprimentos.*

*Parágrafo único. A contratação da qual decorra impacto negativo sobre bens do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial tombados dependerá de prévia autorização da esfera de governo encarregada da proteção do respectivo patrimônio, devendo o impacto ser compensado por meio de medidas determinadas pela Diretoria Executiva, na forma da legislação aplicável.*

22.4. Além disso, devem ser adotados os atos de logística sustentável e os princípios de governança das aquisições previstos no Capítulo IV do Título V nos artigos 256; 257; 258; 259; 260 e 261 do Regulamento de Compras e Contratos da Ebserh - RCC 3.0, observando-se as seguintes diretrizes:

*Princípios ESG e Política Ambiental (Art. 256): Estabelece que as contratações devem observar a sustentabilidade ambiental, responsabilidade social e governança corporativa de forma transversal.*

*Plano de Gestão de Logística Sustentável - PLS (Art. 257): Define o PLS como ferramenta de planejamento e a criação da Comissão Gestora para elaborar, monitorar e revisar o plano.*

*Conteúdo Mínimo do PLS (Art. 258): Exige a atualização do inventário de bens e a identificação de similares de menor impacto ambiental.*

*Temas de Práticas Sustentáveis (Art. 259): Lista os temas obrigatórios, como consumo de papel, energia elétrica, água, esgoto, coleta seletiva e compras sustentáveis (incluindo obras e serviços de limpeza, nutrição e TI).*

*Formalização e Planos de Ação (Art. 260): Determina que o PLS deve conter cronogramas, metas anuais e previsão de recursos.*

*Boas Práticas (Art. 261): Deverão ser observadas boas práticas para a elaboração e gestão do PLS, além das regras estabelecidas nos normativos e legislação vigentes.*

22.5. As previsões constantes na Instrução Normativa do Secretário de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI/MPOG) n.º 01/2010, no que couber, devem ser observadas:

*Art. 5º Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, quando da aquisição de bens, poderão exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:*

*I - que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR - 15448-1 e 15448-2;*

*II - que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;*

*III - que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;*

*IV - que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).*

*§ 1º A comprovação do disposto neste artigo poderá ser feita mediante apresentação de certificação*

22.6. Vejam-se, ainda, as previsões do Decreto nº 7.746/2012:

*Art. 2º Na aquisição de bens e na contratação de serviços e obras, a administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes adotarão critérios e práticas sustentáveis nos instrumentos convocatórios, observado o disposto neste Decreto.*

*Parágrafo único. A adequação da especificação do objeto da contratação e das obrigações da contratada aos critérios e às práticas de sustentabilidade será justificada nos autos, resguardado o caráter competitivo do certame.*

*Art. 4º Para os fins do disposto no art. 2º, são considerados critérios e práticas sustentáveis, entre outras:*

*I - baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;*

*II - preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;*

*III - maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;*

*IV - maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;*

*V - maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;*

*VI - uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;*

*VII - origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e*

*VIII - utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.*

*Art. 5º A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes poderão exigir no instrumento convocatório para a aquisição de bens que estes sejam constituídos por material renovável, reciclado, atóxico ou biodegradável, entre outros critérios de sustentabilidade.*

*(...)*

*Art. 8º A comprovação das exigências apresentadas no instrumento convocatório poderá ser feita por meio de certificação emitida ou reconhecida por instituição pública oficial ou instituição credenciada ou por outro meio definido no instrumento convocatório.*

22.7. A contratada deverá observar durante a execução contratual, quando couber, práticas relacionadas à sustentabilidade social relacionados à concretização de direitos sociais, tais como a garantia de direitos trabalhistas, a redução de desigualdades e fomento ao desenvolvimento regional e nacional.

22.8. Não foram identificados demais critérios ou práticas de sustentabilidade específicos aplicáveis ao objeto, conforme consulta realizada ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União e seu Painel, porém não exime a Contratada de adotar as práticas porventura aplicáveis legalmente ao objeto contratado.

## 23. CRITÉRIOS E ÍNDICES DE REAJUSTES

23.1. As regras para os Critérios e Índices de Reajuste estão definidos no instrumento contratual.

## 24. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

24.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2026, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 26443/155908  
Fonte de Recursos: 1001A004QX  
Programa de Trabalho: 234204  
Elemento de Despesa: 33903978  
Plano Interno: UDM60000000

## 25. SUBCONTRATAÇÃO E CONSÓRCIOS

25.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

25.1.1. A vedação é o meio adequado para assegurar que a empresa detentora da melhor técnica e qualificação, selecionada rigorosamente no certame, seja a efetiva executora do serviço. Nos serviços de controle de pragas em hospitais, a eficácia do tratamento depende da utilização de insumos químicos específicos e do cumprimento de protocolos de biossegurança validados pela Anvisa. Permitir a subcontratação pulverizaria a responsabilidade técnica e comprometeria a padronização dos serviços, objetivo central de controle em contratos que abrangem unidades assistenciais críticas, como Centros Cirúrgicos e UTIs.

25.1.2. A medida é necessária para mitigar riscos assistenciais e garantir a segurança do paciente e dos profissionais. A subcontratação gera um distanciamento entre o fiscal do contrato da Ebserh e o executor real da tarefa, dificultando a rastreabilidade da aplicação de praguicidas e o controle sobre a validade e toxicidade dos produtos. Dado que uma falha no controle de vetores pode resultar em surtos de infecção hospitalar, a concentração da responsabilidade em um único ente contratual é indispensável para a pronta resposta em



situações de emergência sanitária e para o monitoramento contínuo de indicadores de desempenho.

25.1.3. A vedação integral é proporcional, pois, embora restrinja a liberdade de gestão da contratada, protege um bem jurídico superior: a integridade da saúde pública e a continuidade do serviço essencial. Ao contrário de objetos puramente logísticos, pragas e vetores não respeitam limites geográficos ou setoriais dentro de uma unidade hospitalar; portanto, a execução fragmentada (parte pela contratada e parte por subcontratada) criaria lacunas no cerco sanitário, invalidando a eficácia global do controle. O ônus administrativo de gerenciar múltiplos níveis de subordinação superaria os ganhos de mercado, sendo a execução direta e pessoal a forma mais eficiente e econômica de garantir a entrega do resultado pretendido.

25.2. Será admitida a participação de empresas reunidas em consórcio para aumentar a competitividade e possibilitar que empresas que isoladamente não teriam condições de disputar, possam participar do processo licitatório.

25.3. Tratando-se de licitantes reunidos em consórcio, serão observadas as seguintes exigências:

25.3.1. comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

25.3.2. indicação de empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Ebserh;

25.3.3. admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

25.3.4. demonstração, pelo consórcio, pelo somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação, do atendimento aos índices contábeis definidos neste edital, com o acréscimo de 10% (dez por cento), para fins de qualificação econômico-financeira, na proporção da respectiva participação;

25.3.4.1. Quando se tratar de consórcio composto em sua totalidade por micro e pequenas empresas, não será necessário cumprir esse acréscimo percentual na qualificação econômico-financeira.

25.3.5. responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de Seleção de Fornecedor quanto na de Gestão do Contrato;

25.3.6. constituição e registro do consórcio, antes da celebração do contrato;

25.3.7. no caso de substituição de consorciado, deverá ser expressamente autorizada pela Ebserh e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de capacidade econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio.

## **26. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

26.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições da contratação; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade da contratação.

## **27. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

27.1. Os critérios referentes ao Controle e Fiscalização da Execução estão definidos no instrumento contratual.

## **28. RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

28.1. A emissão da Nota Fiscal deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

28.2. No prazo de até 05 (cinco) dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual.

28.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico, administrativo e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

28.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

28.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a

ser encaminhado ao gestor do contrato.

28.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

28.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

28.3.1.4. Da mesma forma, ao final de cada período de faturamento mensal, o fiscal administrativo deverá verificar as rotinas previstas no Anexo VIII-B da IN SEGES/MP nº 5/2017, no que forem aplicáveis à presente contratação, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

28.3.2. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

28.3.2.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor/empregado, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

28.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

28.3.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

28.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução da despesa, obedecendo as seguintes diretrizes:

28.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

28.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

28.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

28.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

28.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

## **29. MATRIZ DE RISCOS**

29.1. Não prevista para esta contratação.

## **30. ANEXOS**

30.1. Os seguintes anexos integram este Termo de Referência:

30.1.1. ANEXO I - Termo de Recebimento Provisório (SEI nº 58986304)

30.1.2. ANEXO II - Termo de Recebimento Definitivo (SEI nº 58986350)

30.1.3. ANEXO III - Termo de Vistoria (SEI nº 57358829)

30.1.4. ANEXO IV - Declaração de Responsabilidade - Alternativa à Vistoria (SEI nº 57358854)

## **31. ENCAMINHAMENTOS FINAIS**

31.1. Segue para aprovação da Gerência Administrativa.

## Equipe de Planejamento da Contratação

(assinado eletronicamente)

**Paula de Lima Telmo**

Bióloga

Setor de Hotelaria Hospitalar

Coordenador (a) da Equipe de Planejamento da Contratação

(assinado eletronicamente)

**Andryelle Aitana Mendes da Costa Couto**

Enfermeira

Setor de Hotelaria Hospitalar

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação

(assinado eletronicamente)

**Michel Anderson Valadão Troca**

Analista Administrativo - Administração

Unidade de Compras e Licitações

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação

**Designação da Equipe:** Portaria-SEI 586 de 10 de setembro de 2025, publicada no Boletim nº 535 de 15 de setembro de 2025 (53341390).

- 31.2. De acordo.
- 31.3. A contratação do serviço em tela se mostra adequada e atende aos objetivos da Instituição.
- 31.4. Sendo assim, aprovo o Termo de Referência conforme seus próprios fundamentos.

(assinado eletronicamente)

**Marcelo Haudt da Silva**

Gerente Administrativo (em Exercício)



Documento assinado eletronicamente por **MICHEL ANDERSON VALADAO TROCA, Analista Administrativo**, em 18/03/2026, às 09:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andryelle Aitana Mendes da Costa Couto, Enfermeiro(a)**, em 18/03/2026, às 10:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paula de Lima Telmo, Biólogo(a)**, em 18/03/2026, às 10:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Haudt da Silva, Gerente, Substituto(a)**, em 18/03/2026, às 11:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **58984243** e o código CRC **48C1DF61**.

**Referência:** Processo nº 23764.016101/2025-22 SEI nº 58984243